

7.7. Programa de Interação Socioambiental

7.7.1. Introdução

Este programa de gestão é resultado do estudo apresentado sobre caracterização da ocupação humana no entorno do Parque Estadual da Campina do Encantado e também de todos os levantamentos efetuados no território do parque em particular, uma vez que há uma relação de causa e efeito entre o entorno e o interior da unidade de conservação. Não por acaso o SNUC determina que o zoneamento das unidades de conservação deva contemplar uma Zona de Amortecimento – esta é, de fato, uma área onde as pressões que atuam fora do parque devem ser amortecidas para não atingirem a biodiversidade protegida.

O conceito de “vetor de pressão”, abordado no Capítulo 5.2. Caracterização do Entorno, expressa uma conjunção de forças, de origens variadas, materializadas em ações que exercem pressão sobre o parque, quer de maneira negativa ou positiva. No PECE as questões socioambientais são complexas. Embora não haja ocupação humana dentro da UC, os vetores de pressão negativa estão presentes – explicitados e bem delimitados no uso da terra.

O uso atual da terra na área de entorno do parque pode ser caracterizado fundamentalmente pela pecuária - bovinocultura e bubalinocultura - e agricultura, particularmente a banana, a mexerica, o maracujá e o chá. Estas atividades se caracterizam pela transformação de ambientes florestais em paisagens abertas, pela compactação do solo, uso de agrotóxicos, predisposição à instalação de processos erosivos com a conseqüente lixiviação do material solto e sedimentação dos corpos d'água, afetando diretamente as cadeias tróficas em função da alteração na produtividade aquática.

Considerando-se que grande parcela da área do parque é constituída por terrenos inundáveis e, portanto sob a influência do regime hídrico local e que o parque é um receptor de águas provenientes das bacias adjacentes, as atividades acima citadas, particularmente o uso de agrotóxico, na agricultura, podem afetar o ambiente aquático e a avifauna residente e migratória.

Este programa de gestão deverá tratar dos principais conflitos que se evidenciam entre a conservação e os vetores de pressão que atuam na unidade, ou os impactos ambientais negativos ou positivos. A redução dos impactos ambientais negativos prescinde de uma forte articulação institucional entre setores que pela própria natureza têm atividades e interesses muitas vezes divergentes. As práticas econômicas exercidas sobre o território, por mais que possam parecer, e até mesmo ser, conflitantes com a conservação do patrimônio natural, podem e devem estruturar-se em bases comuns pautadas na melhoria do desempenho econômico e na minimização dos impactos ambientais resultantes. Contudo, há também interesses entre a unidade

de conservação e segmentos da sociedade que se mostram convergentes, e é neste espaço de consensos que o PE da Campina do Encantado deve ampliar seu leque de parceiros.

Para isso as atenções devem ser dirigidas diferenciadamente para cada segmento, buscando conjugar o desempenho de sua atividade econômica e a minimização dos impactos ambientais decorrentes, considerando a especificidade econômica de cada setor – da bananicultura, da teicultura, bubalinocultura; mas também do ecoturismo, das propriedades de veraneio, da pequena produção agrícola e das ocupações urbanas.

O Programa de Interação Socioambiental é aberto à participação, e concebido a partir da percepção de que somente o trabalho conjunto e a articulação entre os diversos setores sociais podem garantir a perpetuação do parque. Este conceito está explícito neste programa de gestão, na perspectiva do envolvimento mais efetivo destes setores sociais, principalmente por meio da implantação da Zona de Amortecimento do parque. Espera-se, também, grande esforço de articulação para consolidação do Conselho Consultivo, cuja representatividade ainda hoje é pouco significativa no Parque Estadual da Campina do Encantado.

7.7.2. Objetivos do Programa de Interação Sócio ambiental

- Compartilhar com a população do entorno os objetivos estabelecidos nos diversos programas de manejo e estimular vínculos de pertencimento;
- Contribuir com a proteção e recuperação do contínuo florestal da ZA;
- Contribuir com o desenvolvimento de organicidade comunitária, tanto nos aspectos econômico, cultural e socioambiental como nos âmbitos local e regional;
- Promover o desenvolvimento sustentável junto à comunidade.

7.7.3. Indicadores de efetividade

- Número de parcerias estabelecidas;
- Número de projetos de recuperação e de uso sustentável diretamente elaborados e/ou implantados pelo parque;
- Número de moradores do entorno envolvidos em projetos de recuperação ou uso sustentável articulados pela instituição;
- Número de projetos e ações de cunho socioambiental desenvolvidos por ONGs e outros órgãos governamentais na região que contaram com algum tipo de apoio ou contribuição do parque;
- Número de eventos de lazer, culturais e educativos promovidos e sediados pelo PE da Campina do Encantado envolvendo a comunidade do entorno ou realizados no entorno contando com algum tipo de fomento por parte da Instituição;
- Número de simpósios, encontros, oficinas, e outros eventos versando sobre práticas sustentáveis de geração de renda (artesanato, sistemas agroflorestais, etc.);

- Redução dos vetores de pressão relacionados a aplicação de agrotóxicos.

7.7.4. Diretrizes

As Diretrizes foram formuladas procurando promover uma varredura das necessidades do PECE e devem representar todos os grandes temas do Programa de Interação Sócioambiental. São estrategicamente estruturadas, e promovem o agrupamento de temas afins através das Linhas de Ação. Como as ações são correlacionadas o avanço de uma diretriz impulsiona outras. A implementação das Diretrizes permite que os objetivos do Programa sejam alcançados.

Para a implementação das diretrizes abaixo relacionadas e, conseqüentemente, da redução dos vetores de pressão sobre o parque, o Governo do Estado, por meio de seus órgãos ambientais e de outros afins, deve empenhar esforços na melhoria dos índices de desenvolvimento humano na área de influência do Parque Estadual da Campina do Encantado, estimulando ações que compatibilizem a atividade econômica com a conservação e valorização desta região que compreende os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país.

7.7.5. Diretrizes e Indicadores

Os elementos deste Programa estão organizados em um conjunto de diretrizes que por sua vez têm objetivos e indicadores, elencados na tabela seguinte.

Tabela 51. Diretrizes e indicadores

| Programa Interação Socioambiental | Objetivos específicos | Indicadores |
|---|---|--|
| Diretriz 1 Implantação da ZA | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a implantação efetiva da Zona de Amortecimento por meio da articulação entre SMA, outras esferas de Governo e municípios, a fim de reduzir as pressões exercidas sobre o PECE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetivação das reservas legais e a recuperação das APPs nas áreas fronteiriças ao PECE dentro dos parâmetros técnicos e legais estabelecidos |
| Diretriz 2 Fomentar atividades sustentáveis na ZA | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular com SMA e outras esferas de Governo alternativas sustentáveis para as práticas econômicas e sociais exercidas, dinamizando a vida econômica, social e cultural das comunidades do entorno, a fim de reduzir os impactos ambientais gerados sobre o PECE | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação do número e área de projetos e de atividades sustentáveis ocupando a ZA |

| Programa Interação Socioambiental | Objetivos específicos | Indicadores |
|--|--|--|
| Diretriz 3 Comunicação e divulgação do PECE na região | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a divulgação do PECE e suas ações tendo como conteúdo principal os trabalhos conjuntos e as interações em andamento ▪ Divulgar o Plano de Manejo junto a grupos de interesse específico | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento no número de materiais produzidos e eventos realizados |
| Diretriz 4 Integração de ações com os proprietários do entorno | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar e apoiar criação de RPPNs e outras formas de proteção da biodiversidade | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento no número de RPPNs, tanto em processo quanto em implantação ▪ Aumento do número de projetos em parceria com a iniciativa privada e com outros atores da sociedade civil |

7.7.6. Linhas de Ação

As Linhas de Ação são a materialização das diretrizes em temáticas específicas e não se constituem ainda nas atividades, mais sim, num conjunto de atividades, em um contexto ou ainda em uma intenção, ainda que em alguns momentos as atividades se façam explícitas e bem pontuadas, a medida que se encontram amadurecidas pelas equipes. A implementação das Linhas de Ação permite que o objetivo de uma determinada Diretriz seja alcançado. As Linhas de Ação apresentadas a seguir levaram em conta as necessidades de execução e não a capacidades atual de execução.

A seguir uma descrição das linhas de ação (LA) de cada diretriz. É importante observar que as medidas necessárias para a execução do Programa de Interação Socioambiental do PECE exige a formação de uma equipe técnica multidisciplinar.

Diretriz 1. Implantação da Zona de Amortecimento

A implantação da Zona de Amortecimento, além de reduzir as pressões negativas exercidas sobre o PECE por meio da indicação e da qualificação do uso e da ocupação da terra, promoverá uma investigação inédita de alternativas de implementação de políticas públicas afetas aos setores agropecuários e ambientais e de instrumentos de regulação do ordenamento territorial das áreas rurais, o que poderá resultar em um planejamento territorial integrado.

LA 1. Compatibilizar as diretrizes da Zona de Amortecimento ao Plano Diretor do Município e demais legislações de uso e ocupação da terra.

Articular com as Prefeituras a implementação de instrumentos de regulação e procedimentos específicos para o uso e ocupação da terra na Zona de Amortecimento, no que tange à competência municipal. Um passo nesta direção é oferecer às Prefeituras os estudos técnicos, as bases de dados e cartografias produzidas sobre a região pela SMA, IF e FF para melhorar o nível de informação territorial municipal e, conseqüentemente, as práticas de planejamento, principalmente no que diz respeito aos planos diretores municipais.

- Informar o DPRN, demais órgãos e proprietários sobre a existência, objetivos e localização da Z.A;
- Informar ao CONDEPHAAT sobre a existência, objetivos e localização da Z.A, para incorporá-la ao Plano Sistematizador de Tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba;
- Discutir junto ao conselho consultivo, os licenciamentos ambientais que ocorrerem na Zona de Amortecimento.

LA 2. Propor à CPLA/SMA a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do vale do Ribeira

O Zoneamento Ecológico Econômico poderá ser um dos instrumentos reguladores que reforça a aplicabilidade da Zona de Amortecimento e também um recurso para a solução dos conflitos de competência.

Cabe ao estado, por meio da SMA, a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico em nível regional, com a participação das demais instituições que devem ser envolvidas, além das comunidades locais, a exemplo do que foi realizado no Litoral Norte, cujo processo culminou no Decreto Estadual N° 49.215/04.

Uma vez que tais processos são complexos e morosos, as estratégias de articulação são imprescindíveis, para o desenrolar das etapas a serem superadas. O papel do Conselho Consultivo é de fundamental importância.

LA 3. Articular com a Prefeitura a implantação de instrumentos de regulação específicos para a ZA

Articular junto aos poderes executivo e legislativo uma política de incentivo à proteção dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, seja através da implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), corredor ecológico, recuperação das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) ou através do poder público, utilizando-se os recursos provenientes do ICMS Ecológico.

Articular para que este processo ocorra de forma integrada com todas as potencialidades existentes na região, tais como o turismo ecológico, rural e manifestações culturais (música, artesanato etc.).

Empenhar esforços para que o valor do ICMS ecológico aumente já que a área do PECE é maior do que aquela presente nos documentos legais. Também, fazer gestão junto à prefeitura de Pariqueira para que se priorize a aplicação dos recursos do ICMS Ecológico na ZA, em melhorias da infra-estrutura e questões ambientais das comunidades ou dos bairros rurais, particularmente em saneamento básico, ou em projetos de recuperação da floresta ciliar. No caso da recuperação da mata ciliar, caberá ao parque apresentar projetos específicos sobre a área viável para a revegetação ciliar, em propriedades privadas na Zona de Amortecimento.

Esta LA, deverá dar conta, de imediato, da busca de soluções conjuntas que minimizem os impactos causados pelo depósito de resíduos sólidos da prefeitura, na Zona de Amortecimento do PECE. Após as análises de água e estabelecimento de programa de monitoramento, a depender dos resultados obtidos, medidas mais efetivas deverão ser tomadas, em médio prazo, para conter os impactos e do lixo sobre o PECE.

LA4. Fortalecimento das relações institucionais com o setor público e segmentos sociais do vale do Ribeira

O fortalecimento das relações institucionais com os setores público, empresarial e com os diversos segmentos sociais do vale do Ribeira é um dos fatores fundamentais para a dinamização da gestão e, conseqüentemente, para a conservação do Parque Estadual da Campina do Encantado. Relações sólidas fundamentam as bases necessárias e demonstram o caminho para o envolvimento e a co-responsabilidade na gestão e na conservação da biodiversidade, resultando em importantes parcerias e ações conjuntas de conservação da unidade e de desenvolvimento local.

Diretriz 2. Fomentar atividades sustentáveis na ZA

Para a redução dos impactos ambientais no entorno da UC são necessárias ações articuladas entre os poderes públicos – municipal, estadual e federal –, a iniciativa privada e a sociedade civil, a fim de conceber, implementar e fomentar alternativas ambientalmente corretas e dinamizadoras da vida econômica, social e cultural das comunidades, com geração de renda e de melhoria da infra-estrutura dos bairros rurais.

Os pactos que garantirão as medidas de redução dos impactos ambientais irão sustentar-se em ações de fiscalização das atividades econômicas exercidas na área.

A Fundação Florestal, em conjunto com setores governamentais, empresariais e da sociedade civil, afetos a esta problemática, deve empenhar esforços tanto para o fortalecimento da regulação e da fiscalização das atividades econômicas exercidas no entorno da UC quanto no fomento de atividades sustentáveis de geração de renda e melhoria da infra-estrutura e das condições ambientais, quer de saneamento urbano ou rural, quer das comunidades e/ou bairros rurais na ZA.

Para reduzir os atuais impactos ambientais e prevenir futuros impactos negativos sobre o parque, o poder público estadual deve ter um empenho especial, tanto pela sua responsabilidade quanto à normatização e à fiscalização das atividades agrícolas e ambientais no âmbito do estado, como pela sua co-responsabilidade em promover as políticas públicas agrícolas, pecuárias e ambientais municipais.

Os pontos críticos para a implementação desta diretriz são a necessária articulação entre os diversos setores públicos e privados e o consenso para a adoção de práticas de redução de impactos ambientais.

LA1. Realizar o diagnóstico socioeconômico na Zona de Amortecimento

A ação fundamental a ser desenvolvida nesta LA é a realização de diagnóstico sócio-econômico na Zona de Amortecimento do PECE, em complementação aos estudos efetuados neste Plano de Manejo, voltados aos vetores de pressão. Nos levantamentos de campo é importante detectar as expectativas dos moradores, comunidades e organizações em relação ao PE da Campina do Encantado.

Este diagnóstico será a base para outros estudos quantitativos e qualitativos que deverão fornecer um conhecimento mais profundo sobre a relação entre os investimentos em programas e planos já concluídos e o real desenvolvimento sustentável. Além disso, com as lideranças locais e regionais identificadas no diagnóstico, será possível incentivar a formação de organizações na zona de amortecimento e com isso procurar garantir, a implantação e manutenção de ações prioritárias para o desenvolvimento socioambiental do entorno.

LA2. Formalizar parcerias com o setor privado e o terceiro setor.

O envolvimento do conselho consultivo nesta LA é uma estratégia muito apropriada para o aprofundamento de temas importantes e a viabilização de encaminhamentos operacionais. A proposta é a formação de um grupo que deve se dedicar à articulação dos segmentos econômicos e os setores públicos afetos à implementação de práticas econômicas sustentáveis, visando minimizar os impactos ambientais decorrentes dos vetores de pressão negativos.

Espera-se como resultado desse trabalho, além da articulação e do pacto acerca de medidas específicas que devem ser tomadas, a formalização de convênio e parcerias para a implementação das seguintes ações:

- Promover parcerias com Universidades e com o Polo de Desenvolvimento Sustentável para a realização de pesquisas genéticas de flores e mandioca com o objetivo de selecionar as mais adequadas para a região;
- Promover parcerias com Universidades e com a CATI para a realização de análise de solo das propriedades na Zona de Amortecimento;
- Promover parcerias para a realização da coleta seletiva do lixo;
- Promover parcerias para a realização de estudos de mercados para novos produtos (sustentáveis).

LA3. Propor a inclusão do município no Programa de Microbacias Hidrográficas

Articular com a Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) – agora municipalizada – a inclusão do município de Pariquera no programa de Microbacias Hidrográficas.

Esta LA é particularmente importante, uma vez que o parque é receptor de águas de três microbacias, e ao que se pode depreender das análises efetuadas até o momento, as águas adentram ao PECE, provavelmente, contaminadas. É necessário a participação do poder público na resolução desta equação – conciliar a política municipal e a conservação dos recursos hídricos do PECE; contudo cabe ao parque, a elaboração e/ou articulação de projeto, solicitação de recursos e acompanhamento de projeto que possam ou não comprovar a contaminação dos cursos d'água nos componentes físico-químicos, com conseqüências sobre os componentes bióticos.

LA4. Buscar recursos para atividades sustentáveis e implantação de unidades demonstrativas envolvendo comunidades locais e/ou tradicionais.

Estabelecer convênios e parcerias para incentivar práticas econômicas sustentáveis e de geração de renda, como os sistemas agroflorestais, a agricultura orgânica, o ecoturismo, o artesanato de produtos vegetais manejados, entre outras.

Diretriz 3. Comunicação e divulgação do Parque Estadual da Campina do Encantado na região

Um dos caminhos para a sensibilização da sociedade é a disponibilização de informação, por meio da abertura e manutenção de um canal de comunicação. Utilização de veículos da mídia impressa e televisiva (artigos em jornais, matérias em telejornais e outros programas), palestras públicas e outras atividades são as estratégias mais comumente utilizadas. É fundamental a continuidade e o aperfeiçoamento destas ações. Com a disponibilização deste Plano de Manejo - seus conteúdos descritivos e analíticos - e com os avanços na gestão que sua implantação deverá trazer, certamente haverá evolução nos processos de comunicação e divulgação e os impactos sobre a comunidade local e regional, a partir dos focos estabelecidos no Plano de Manejo, poderão ser melhor avaliados.

LAI. Aprimorar a divulgação do PECE e de suas ações tendo como conteúdo principal os trabalhos e as interações em andamento.

Também aqui se espera uma ação mais efetiva do conselho consultivo quanto ao planejamento e execução de um programa contínuo de divulgação e marketing das ações em desenvolvimento pelo PECE.

- Realizar atividades de interesse do PECE como cursos, palestras para os produtores, eventos e atividades de lazer (ex: teatro, roda de viola, etc.)
- Promover curso sobre "Substrato da mandioca";

- Promover curso sobre floricultura, com o objetivo de conhecer as melhores plantas e aumentar a produtividade;
- Promover curso sobre a utilização correta do agrotóxico;
- Promover curso sobre a utilização e manejo do adubo orgânico;

LA2. Divulgar o Plano de Manejo junto à grupos de interesse específico (ecoturismo, educação ambiental, ONG's, prefeituras).

Demonstrar a importância do Plano de Manejo a todas as instituições públicas e privadas das regiões onde o parque está inserido, traduzindo-o em linguagem acessível para os diversos interessados. Os conteúdos do Plano de Manejo possibilitam que a unidade seja apresentada como uma área de referência na região.

Diretriz 4. Integração de ações com os proprietários do entorno

O estabelecimento, a continuidade e o aperfeiçoamento das ações de articulação com os proprietários do entorno sejam agricultores, proprietários de chácaras de veraneio, pecuaristas, entre outros, é o fundamento deste Programa de Gestão. Esse contato estreito e contínuo auxilia enormemente as ações de proteção da natureza não só na UC, mas nos remanescentes presentes no entorno, bem como na interação entre o parque e as comunidades locais e regionais.

LA1. Incentivar e apoiar a criação de RPPN's, corredor ecológico e outras formas de proteção.

Estender a política de aproximação com os proprietários do entorno esclarecendo as vantagens de se oficializar uma RPPN; prestar um apoio contínuo no sentido do esclarecimento da legislação ambiental sobre os corredores ecológicos, aproximação com a Polícia Ambiental e demais instituições. Promover a integração de temas afins, tais como: pesquisa científica, ecoturismo, fiscalização e participação nos diversos sites. As ações propostas são as seguintes:

- Propor a criação de RPPNs, na área de entorno, particularmente nas propriedades que mantêm sítios históricos -arqueológicos como os sambaquis;
- Negociar com os proprietários, a preservação dos sambaquis e a incorporação destes na reserva legal, ou RPPN;
- Negociar com os proprietários o manejo adequado para evitar a entrada de búfalos e gado no parque;
- Negociar e agendar com os proprietários os dias e horas para a pulverização com herbicidas.

7.7.7. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação

Tabela 52. Síntese das linhas de ação segundo as diretrizes

| Programa Interação Socioambiental | |
|--|--|
| <p>Diretriz 1 Implantação da Zona de Amortecimento</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compatibilizar as diretrizes da ZA ao Plano Diretor dos municípios e demais legislações de uso e ocupação da terra ▪ Propor à CEPLA/SMA a articulação e elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do vale do Ribeira ▪ Articular com as prefeituras a implantação de instrumentos de regulação específicos para a ZA |
| <p>Diretriz 2 Fomentar atividades sustentáveis na ZA do PECE</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar o diagnóstico socioeconômico na ZA ▪ Formalizar parcerias com o setor privado e o terceiro setor. ▪ Propor a inclusão do município no Programa de Microbacias Hidrográficas ▪ Buscar recursos para atividades sustentáveis e implantação de unidades demonstrativas envolvendo comunidades locais e/ou tradicionais. |
| <p>Diretriz 3 Comunicação de divulgação do PECE na região</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a divulgação do PECE e de suas ações tendo como conteúdo principal os trabalhos e as interações em andamento ▪ Divulgar o Plano de Manejo junto a grupos de interesse específico (ecoturismo, pesquisa, educação ambiental, ONG's, prefeituras) |
| <p>Diretriz 4 Integração de ações com os proprietários do entorno</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar e apoiar criação de RPPN's e outras formas de proteção |

